

Para uma “pedagogia das representações sociais”

Tarso Mazzotti

tarsomazzotti@uol.com.br – Estácio de Sá

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão da teoria da representação social, proposta por Serge Moscovici, que a caracteriza como a transposição de conhecimentos para grupos sociais realizada por especialistas, dentre os quais se pode incluir os produtores de livros didáticos e professores. A transposição dos conceitos científicos, orientada pelos valores dos grupos aos quais se destinam, determinam seus elementos, tornando-os o senso comum contemporâneo. O artigo apresenta algumas objeções às caracterizações de Moscovici quanto à lógica e à linguagem, afirmando que as premissas usuais nas representações sociais ou em outras são retiradas do que se diz ser o real ou no que se considera ser a estrutura do real, o que não implica a existência nem de uma lógica nem uma linguagem particular. A partir disso, sustenta que as constituições de uma “pedagogia das representações sociais” proposta por Moscovici, que ainda está por se fazer, requer pesquisas acerca dos procedimentos de transposição de conceitos usuais em nossas escolas. Tais pesquisas teriam por objeto apreender as representações sociais constituídas por autores de livros didáticos, pelos professores e demais atores sociais que determinam os conhecimentos considerados educativos. Elas considerarão a escola como instituição psicossocial constituída por grupos de professores segundo as disciplinas que ensinam, apreendendo o que dizem a respeito de suas disciplinas e as outras, bem como seus lugares sociais na divisão técnica do trabalho docente.

Palavras-chave: Representações Sociais. Teoria do conhecimento. Pedagogia.

For a “pedagogy of social representations”

Abstract

This article presents a review of the theory of social representation, proposed by Serge Moscovici, which characterizes as the transposition of knowledge in social groups carried out by specialists, among which can include producers of textbooks and teachers. The transposition of scientific ideas, guided by the values of the groups to which they are intended, determine its entirety, making them contemporary common sense. The article presents some objections to the characterizations of Moscovici on the logic and language, saying that the usual assumptions in social or other representations are removed from what is said to be the real or assumed to be in the structure of the real, which does not implies the existence of a logical or not a particular language. From this, argues that the formation of a "pedagogy of social representations" proposed by

Moscovici, who is yet to be done, requires research about the procedures for implementation of ideas usual in our schools. Such research would have to object to seize the social representations made by writers of textbooks by teachers and other social actors that determine the knowledge considered educational. They consider the school as an institution psychosocial formed by groups of teachers in the subjects they teach, seizing what they say about their subjects and the other, and their seats in the technical division of social teaching.

Key words: Social Representations. Knowledge theory. Pedagogy.

Introdução

Em seu trabalho inaugural, Moscovici (1971, p.39) afirma que as representações sociais “são entidades quase tangíveis. Elas circulam, crescem e se cristalizam sem cessar por meio de uma palavra, de um gesto, um encontro, em nossa vida cotidiana”.

Esta é frase de efeito, mas esta afirmação constitui um paradoxo no âmbito da teorização de Moscovici, pois, para ele, um objeto é posto por uma teoria. Sendo assim, é o conceito que institui as “representações sociais”, elas não são uma coisa que existe no mundo real, ou um ser vivo que circula, cresce e morre. A frase de efeito paga um tributo à concepção dominante à época, que via o objeto como algo em si e por si, cabendo à pesquisa científica descrevê-lo o melhor possível, explicá-lo, se possível. Por essa teoria do conhecimento, a possibilidade de apreender os objetos decorreria da verificação das pegadas deixados pelo objeto, logo de um código para ler o “livro da Natureza” —com “n” maiúsculo.

Moscovici, no entanto, defende outra teoria do conhecimento. Para ele

[...] não há *corte* entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou grupo)
[...] O objeto está inscrito em um contexto ativo, movente, uma vez que é parcialmente concebido pela pessoa ou pela coletividade como prolongamento de seu comportamento e apenas existe em função dos meios e dos métodos que permitem conhecê-lo¹ (MOSCOVICI, 1971, p.46).

1[...] Nous considérons qu'il n'y a pas coupure donnée entre l'univers extérieur et l'univers de l'individu (ou du groupe), que le sujet et le objet ne son pas foncièrement hétérogènes dans leur champ commun. L'objet est inscrit dans un contexte actif, mouvant, puisqu'il est partiellement conçu par la personne ou la collectivité en tant que prolongement de leur comportement et n'existe pour eux qu'en tant que fonction des moyens et des méthodes permettant de le connaître.

Portanto, só há objeto para indivíduos e grupos sociais; ele se põe pelos procedimentos que estabelecem a “realidade do objeto”. Algo é significativo se e quando considerado pelas pessoas do grupo, não existe sem algum juízo a seu respeito, o que se realiza na e pela comunicação entre os membros de um grupo.

Aquela frase de efeito é incompatível com a tese de Moscovici, mas ela tem seu efeito na recepção de sua teoria, aparecendo como uma concepção similar às outras da Psicologia. Mais ainda, no caso de objetos produzidos nas ciências, assume-se que grupos sociais podem apresentar versões erradas, logo não alcançaram seus contornos corretos. Nesse sentido, as representações sociais seriam sinônimo de ideologia, tal como esta é geralmente entendida: uma inversão do real. O que põe o problema de determinar qual a teoria que efetivamente apresenta o “real”, o que é próprio de diversas epistemologias ou teorias do conhecimento verdadeiro.

No entanto, para Moscovici (1971, p.29) os “decretos epistemológicos” que estabelecem a demarcação entre teorias científicas e não científicas são inadequados, por desconsiderarem a fecundidade dos contextos da descoberta e das proposições inicialmente frouxas.

Se não podemos nos fiar nos “decretos epistemológicos”, então não temos critérios de demarcação para distinguir a representação social de algo e os das ciências que trataram desse mesmo objeto?

A resposta requer que retomemos a premissa que fundamenta a posição de Moscovici: só há objeto quando se tem meios ou métodos para os conhecer. Algo que é objeto para um grupo de cientistas ao ser apresentado para outros pode tornar-se objeto de conversações, mas não será mais o mesmo objeto. Isso porque os grupos “recebem” a comunicação traduzindo, transpondo o comunicado, as informações, aos seus esquemas conceituais, resignificando-o e produzindo um “novo objeto”. Tomemos, por exemplar, o ensino de alguma ciência. Pode-se dizer que os estudantes apresentam concepções prévias a respeito de objetos que lhes são comunicados? Não necessariamente, pois eles podem não ter se dedicado a resolver as questões envolvidas na determinação daqueles objetos. Por exemplo, no ensino da Física quando se apresenta a teoria da queda dos corpos, a teoria da gravidade, o tema está muito distante dos interesses dos aprendizes. Afinal os corpos caem, qual o problema? Não há o problema da queda dos corpos, salvo quando se os persuade de que há algum. Se os estudantes não apreendem o problema da queda dos corpos, então apenas apresentaram as respostas requeridas nas provas, sem que isso tenha alguma repercussão em seus quadros conceituais, como mostram as pesquisas realizadas no âmbito daquela ciência. Em contrapartida, os professores da

disciplina Física apresentam representações sociais da disciplina, de seu lugar na vida social, no processo de educação dos jovens (BRAZ DA SILVA, 1998).

Pode-se dizer que os professores de Física expressam os objetos da ciência Física tal como eles estão postos nos debates dos cientistas? Não parece ser assim. Os professores, como outros divulgadores das ciências, pertencem a grupos sociais especializados na transposição de conhecimentos e, nesse sentido, produzem representações sociais.

Moscovici (1971, p.41, nota de pé de página) salienta o papel dos “vulgarizadores científicos”, dos “animadores culturais”, dos “formadores de adultos”, dentre outros, que produzem representações sociais das ciências, das técnicas, das artes, das religiões atendendo a “necessidades e práticas dos cientistas, engenheiros, artistas e padres”. Ao reconhecer a especificidade dessas práticas, o autor sustenta que veremos o nascimento de “uma pedagogia das representações sociais” sem a qual a “divisão do trabalho manual e intelectual, da ‘produção’ e do ‘consumo’ da cultura será ainda mais nefasta”.

Voltaremos adiante a esse desafio apreendido por Moscovici, por ser imperativo retomar a caracterização da “representação social”, distinguindo-a de “ideologia”, pois elas não são inversões do real, como se diz ser o caso da ideologia. Isso porque seria preciso ter algum critério para determinar o real tal como ele é, problema epistemológico dos mais espinhosos, a respeito do qual teceremos algumas observações mais adiante. Há outras distinções apresentadas por Moscovici para estabelecer o que é uma representação social, as quais serão tratadas a seguir.

Caracterização das representações sociais

Verifiquemos a caracterização geral das representações sociais: “[...] vemos a representação social tanto como uma textura psicológica autônoma, *própria de nossa sociedade, nossa cultura*” (MOSCOVICI, 1971, p.39). Por quê? Para distinguir do que se diz serem os *mitos* e seu uso na definição de concepções que circulam na situação contemporânea. Na página 40, o autor pergunta se a representação social é uma forma de mito. Responde, na 41, que as características do mito — regulação de comportamentos e comunicações nas “sociedades ditas primitivas” — são análogas às das representações sociais. Mas essa analogia é falaciosa, pois, no geral, a designação de mito para as formas contemporâneas é “uma maneira de rebatizar as opiniões e atitudes atribuídas a um grupo particular, à massa de pessoas — aos populares, em suma — que

não alcançou o grau de racionalidade e consciência das elites, as quais, esclarecidas, batizam, criando essas mitologias ou escrevendo sobre elas” (p.41). Em nota de pé de página, esclarece a necessidade da distinção entre mito e representação social, pois “o mito é considerado, em nossa sociedade, como uma forma ‘arcaica’ e ‘primitiva’ de pensamento de se situar no mundo’. Logo, como uma forma anormal ou inferior de algum tipo”. Ao fazer um esboço da história passagem do conceito de “representação coletiva” à de “representação social”, Moscovici (2001, p.51) endossa a posição de Lévy-Bruhl, ao dizer que a lógica dos “povos primitivos” é “incompatível com a nossa porque parte de outras premissas, absurdas a nossos olhos”.

Há, aqui, um engano: a lógica não é o que se encontra nas premissas de seus silogismos; é a própria forma de encadear o raciocínio. Dizer que as premissas de um discurso podem não ser admitidas não implica que o outro utilize uma lógica diversa. As premissas de um argumento são retiradas de algum quadro conceitual, como são as representações sociais, que podem ser apresentadas em uma relação formal correta, sem que se cometa uma falácia ou engano formal. Um exemplo: alguém sustenta seus argumentos em alguma autoridade, o que seria uma falácia *ad hominen*. No entanto no contexto das ciências, por exemplo, grande parte dos argumentos sustentam-se em suas autoridades. A falácia da autoridade não depende da forma, mas da adesão à sua caracterização ou qualificação: se o adversário não reconhece a autoridade, então ela não pode ser evocada para sustentar os argumentos. Por exemplo, caso não se considere Moscovici uma autoridade no âmbito da Psicologia Social, então o que ele diz não pode sustentar argumentos, mesmo que sejam corretos do ponto de vista formal. Essa falácia é apenas um exemplo de fonte de premissas que não depende da forma de relação entre premissas ou lógica. Não se pode afirmar que há lógicas diferentes porque os atores sociais utilizam-se de premissas incompatíveis, como diz Lévy-Bruhl, por exemplo. Mais adiante retomaremos essa questão.

Voltemos à caracterização das representações sociais. A representação social “fornece os significados ao comportamento ao integrá-lo em uma rede de relações em que ele está ligado ao seu objeto. Fornece, no mesmo movimento, as noções, as teorias e o fundo de observações que tornam essas relações estáveis e eficazes” (MOSCOVICI, 1971, p.47). Nada disso se encontra nas noções de *opinião, atitude, imagem*, que desconsideram as ligações entre as pessoas e sua mutabilidade. Naquelas noções, correntes na Psicologia Social da época, os grupos são apresentados como estáveis e estáticos, nada criam e nem comunicam entre si, apenas selecionam as informações que circulam na sociedade. Em oposição, a teoria proposta por Moscovici considera que as representações sociais são dinâmicas, “seu estatuto é o de uma *produção* de comportamentos e de relações com o

meio, de uma ação que modifica uns aos outros, e não de uma *reprodução* desses comportamentos e dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior” (p.48). Nessa altura Moscovici (p.49) apresenta uma caracterização mais completa da representação social:

Em resumo, vemos aí [nas representações sociais] sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particulares, uma estrutura de implicações que se sustentam muito mais sobre os valores do que sobre os conceitos. Um estilo de discurso que lhe é próprio. Não as consideramos como “opiniões acerca de” ou “imagens de”, mas como “teorias”, “ciências coletivas” sui generis, destinadas à interpretação e à produção do real. Elas estão constantemente para além do que é imediatamente dado na ciência ou na filosofia, da classificação dada dos fatos e dos eventos. Pode-se aí apreender um corpus de temas, princípios, com unidade e se aplicando às zonas de existência e de atividade particulares: a medicina, a psicologia, a física, a política, etc. O que é recebido, incluindo nessas zonas, é submetido a um trabalho de transformação, de evolução, para vir a ser um conhecimento que a maioria de nós emprega em sua vida quotidiana. No curso desse emprego, os universos povoam-se de seres, o comportamento carrega-se de significações, os conceitos colorem-se ou se concretizam, objetivam-se como se diz, enriquecendo a textura do que é para cada um a realidade. Ao mesmo tempo, são propostas formas em que as transações usuais da sociedade encontram uma expressão e, reconheçamos, essas transações são reguladas por essas formas — simbólicas, bem entendido — e as forças aí cristalizadas estão disponíveis. Compreende-se porquê. Elas determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores, ou das idéias presentes nas visões partilhadas ou admitidas. Por esses traços — sua especificidade e sua criatividade na vida coletiva — as representações sociais diferem das noções sociológicas e psicológicas com as quais as comparamos e os fenômenos que lhes correspondem.

Recorde-se que Moscovici abriu o primeiro capítulo afirmando: “As representações sociais são entidades quase tangíveis” que não se deixam apreender, pois “se a realidade das representações sociais é de fácil tratamento, seu conceito não o é” (p. 39). Para instituir seu conceito, Moscovici lança mão da técnica argumentativa da dissociação de noções, primeiro mostrando que as noções usuais na Psicologia Social, como *opinião*, *atitude* e *imagem*, não se confundem com o conceito *representação social*. Por que

distintos? Porque os primeiros supõem a passividade dos indivíduos e grupos sociais, enquanto no conceito de representação social os indivíduos e grupos são ativos produtores de suas representações, não são “opiniões acerca de”, nem “imagens de”, mas “teorias”, “ciências coletivas” que interpretam e produzem o real. Não são a expressão imediata do mundo humano e não humano em suas relações, não expressam diretamente o que as ciências e as filosofias dizem a respeito dessas relações, são uma interpretação particular dessas informações. Nesse sentido, as representações são um discurso a respeito de outro discurso, que apresenta um estilo discursivo peculiar, sustentado em “uma lógica e linguagem particulares”.

Há, pois, o *outro* da representação social que fornece os elementos necessários para sua delimitação ou definição. Qual é o outro da representação social? Pelo extrato acima, o *outro* é alguma lógica e linguagem que se sustentam mais nos conceitos do que nos valores. O critério para estabelecer os contornos de uma representação social é, pois, seu *modo de inferir*, de constituir argumentos que se sustentam “mais no valores do que nos conceitos”. O termo II da dissociação é uma *concepção de ciência*, uma vez que nela se busca argumentar com base nos conceitos, controlando os valores; e sua chave é o que se entende por valor.

A palavra valor entrou para o vocabulário técnico da Filosofia no início do século XX, substituindo as clássicas desejável, preferível, bom, belo, e se apresenta como um tema de um extenso e interminável debate em que se busca determinar seu significado. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) afirmam que a Retórica é a “lógica dos juízos de valor”, apoiando-se em Lavelle (1955), que mostrou o papel dos valores na instituição das coisas do mundo, uma vez que por eles se estabelecem as identidades e diferenças. Nessa perspectiva os valores operam a instituição das coisas do mundo, do que se considera ser o real. Mas isso é insuficiente para apreendermos como os “valores” instituem o que se diz ser o real. Daí Perelman e Olbrechts-Tyteca terem retomado as técnicas argumentativas que se utilizam dos esquemas ou lugares dos preferíveis. Por essa via pode-se identificar os operadores argumentativos que presidem as representações sociais e os que se encontram nas ciências. Um exemplo é a pesquisa de Sobral (2007) a respeito da representação de “orientação sexual”, de “vida humana saudável”, forjada por médicos brasileiros em dois momentos: no início do século XX e a partir dos anos 1980, perante a sífilis e a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), respectivamente. Os médicos do início do século XX subsumiram o conceito “sexualmente transmissível”, baseando-se no que consideravam desejável ou preferível: as orientações católicas a respeito da vida humana. Os médicos da segunda metade do mesmo século também valorizam a vida humana saudável, mas enfatizam o processo de

transmissão do vírus, apresentando os meios para impedir ou restringir sua propagação, não interferindo no que as pessoas julgam ser o melhor modo de exercer sua sexualidade. O conceito de que a transmissão ocorre pela atividade sexual é partilhado por ambos os grupos, mas dele são tiradas prescrições distintas: (a) abstenção, no caso dos médicos do início do século XX; (b) uso de preservativos, ou outras barreiras, segundo os médicos do terceiro quarto do mesmo século.

Esse exemplo mostra que, por se sustentar “mais nos valores do que nos conceitos” as representações sociais de algo tingem os conceitos com as cores que o grupo julga desejável, preferível fazer ou ter, subordinando-os. As inferências e as prescrições são controladas pelo preferível, descarta-se o que está fora desse campo de desejáveis, bem como o que os questione, resultando representações sociais do conceito ou da informação recebida. Note-se que essas duas situações não implicam lógicas diferentes, mas premissas diversas. Novamente adiaremos o tratamento da afirmação de que se tratam de lógicas diferentes, tal como afirma Moscovici, pois é preciso, agora, mostrar outra dissociação operada por nosso autor: as ciências.

As ciências não são apenas as produtoras do que se considera ser *o real*, tornaram-se ciências *no real*, nos diz Moscovici (1971, p.20). Elas alcançaram uma “dimensão quase física” que as torna um assunto para a Psicologia Social (*Ibidem*). O senso ou conhecimento comum fornecera os materiais que foram depurados pelas ciências e filosofias, porém, essa relação inverteu-se há décadas. Diz Moscovici (1971, p.22)

As ciências inventam e propõem a maior parte dos objetos, dos conceitos, das analogias e das formas lógicas que usamos para enfrentar nossas tarefas econômicas, políticas e intelectuais. O que com o tempo se impõe como um dado imediato aos nossos sentidos, ao nosso entendimento, é, de fato, um segundo produto, retrabalhado, das pesquisas científicas. Tal estado de coisas é irreversível. Corresponde a um imperativo prático. Por quê? Porque não mais esperamos dominar a maioria dos conhecimentos que nos concernem. Grupos ou indivíduos competentes os obtêm e os fornecem para nós. [...] Nessas condições, pensamos e vemos *por procuração*, interpretamos os fenômenos sociais e naturais que não observamos e observamos os fenômenos que nos dizem que podem ser interpretados [...]

Os conceitos produzidos pelas ciências fornecem os critérios para apreendemos as representações sociais, para estabelecer os significados de “uma lógica e linguagens particulares”. Assim, o outro das representações sociais, o termo II dessa dissociação, é

constituído pelas ciências, que estabelecem os objetos que circulam na sociedade contemporânea. A tradução ou transposição desses objetos é realizada por peritos, especialistas, que produzem um “novo senso comum, daqui por diante associado à ciência, [que] se inscreve entre suas preocupações teóricas e práticas essenciais” (p.22). Os conceitos das ciências, tornados senso comum, podem ser tomados como uma “degradação” (p.23), mas tal avaliação foge aos objetivos da Psicologia Social, pois aquela comparação limita-se a mostrar que “uma ciência partilhada é uma ciência decaída” (p.23). Mas, para Moscovici, cabe à Psicologia Social explicitar o processo de produção de representações sociais, e não, avaliar a distância entre argumentos destas e os das ciências. O psicólogo social buscará apreender o discurso particular que é a representação social de alguma coisa, uma vez que ela “é *uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos*” (p.26; em itálico no original).

A passagem de conhecimentos científicos para o senso comum, realizado pelas representações sociais, não é um contínuo, efetiva-se por um salto, não por variações.² Em vista disso, há os que deploram a descontinuidade e o enfraquecimento dos argumentos, da razão, da lógica, atitude que Moscovici considera “nobre”, e “no entanto muito unilateral e limitada” (p.26). Pois tal ruptura é condição necessária para a difusão dos conhecimentos científicos, o que fornece um “novo estatuto epistemológico, sob a forma de representações sociais” (p.26). Elas têm, pois, “uma função constitutiva da realidade, da única realidade que aprovamos, e na qual a maioria de nós se move” (p.26-27). Por fim, “a representação social é um *corpus* organizado de conhecimentos, e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserindo-se em um grupo ou em uma relação quotidiana de trocas, liberando os poderes de sua imaginação” (p.27-28).

O *outro* da representação social, a ciência, fornece os critérios para sabermos de onde procedem, como se organiza o conhecimento, a lógica e linguagem com que opera, o que não implica considerá-la inferior à ciência. Isso porque uma representação social é uma teoria particular de um objeto científico, que Moscovici diz estabelecer um “novo estatuto epistemológico”. Um conhecimento científico, tornado representação social, tem seu valor de verdade para o grupo social, atende às suas necessidades, institui o real

² Pelo que elas não se transformam, são substituídas. Se as representações sociais instituem-se por um “salto”, então também não dão origem a outras. Caso houvesse um processo de variação ou algo assim, haveria um “desenvolvimento”, a passagem de um esquema para uma estrutura, tal como Piaget mostrou ser o caso dos conceitos. Se as representações não são formais, como os conceitos o são, então não se podem tratá-las como se fossem, bem como dizer que são construtivas, pois não uma não é condição necessária para outra. Pode ocorrer substituições ou, o que parece ser mais comum, a convivência de representações –polifasia cognitiva, como diz Moscovici— que são operadas em contextos próprios. Esse tema merece um desenvolvimento que não temos condições de o fazer aqui.

para ele. Com isso se afasta do que denominou “decretos epistemológicos” que estabelecem peremptoriamente o que é ou não é ciência, evocando critérios de demonstração e rigor, não “os critérios de descoberta e fecundidade” (p.29). Moscovici prefere acentuar esses critérios aos da demonstração, pois não vê razões para ser tão exigente, uma vez que “a gama de ciências é suficientemente ampla, a diversidade muito grande” (p.29). Por essa escolha pragmática, Moscovici justifica a inclusão da Psicanálise no âmbito das ciências, o que era contestado por Popper, por exemplo.

Com isso se deixa de lado os critérios da lógica, os da concisão e conclusividade, em nome dos da descoberta e fecundidade. Aqui se pode questionar o autor, mas não apenas ele, pois tais critérios são necessários no contexto das ciências. A demonstração, a concisão e conclusividade (rigor) são requeridas para a exposição, enquanto os procedimentos envolvidos na descoberta, portanto, anteriores aos enunciados considerados verosímeis, requerem um diálogo regulamentado, aquele que Popper denominou hostil-amistoso. O contexto do diálogo como uma instância da Lógica pertence à Retórica, nela se incluindo a dialética, tal como Perelman (2002) o fez.

Se as representações sociais instituem um “novo estatuto epistemológico” dos conceitos científicos, então podemos sustentar a necessidade de incluir na teoria proposta os processos retóricos, uma teoria da argumentação que trata desse campo de conhecimento.

Um “novo estatuto epistemológico” dos conceitos

Apresentaremos agora nossas considerações a respeito da lógica, que já vínhamos salientando, bem como dos procedimentos usuais que instituem o real, que são o cerne de uma teoria do conhecimento.

As epistemologias ou teorias do conhecimento científico usuais sustentam-se na lógica para demarcarem a diferença entre o senso comum e o incomum, este entendido como o das ciências. Nesse âmbito o sujeito do conhecimento é como uma máquina lógica, ele de fato não é necessário, uma vez que os operadores lógicos produzem relações independentes das pessoas, são um cálculo. A “morte do sujeito” foi decretada por Descartes e outros ao afirmarem que o método efetiva o discurso claro e distinto, tornando os enunciados independentes da subjetividade, da qualidade dos sujeitos humanos. Isto, que Pera (1994) denominou “síndrome cartesiana” prevaleceu, e ainda predomina, nos debates a respeito da produção de conhecimentos. Moscovici, como vimos, renega os decretos epistemológicos originários daquela concepção, ainda que

mantenha alguns deles, ao afirmar que a lógica dos povos primitivos é diferente e incompatível com a nossa porque se sustenta em premissas que não admitimos.

O problema está, nos parece, no que se entende por lógica. Se por essa palavra se quer referir aos procedimentos argumentativos amplos, não os da demonstração, então nada há a objetar. Porém, caso se entenda por lógica os procedimentos demonstrativos, os formalizados na ciência Lógica contemporânea, então será preciso questionar. Seja como for, essa ambiguidade requer que se a delimite para aperfeiçoar a teoria e viabilizar uma comunicação menos polissêmica.

Desde Aristóteles, o reconhecido sistematizador do que hoje denominamos Lógica, a função desse procedimento é expor o que se sabe. A demonstração, a exposição ou o ensino tem por finalidade apresentar os argumentos em um encadeamento sem fissuras e contradições. Não lhe cabe produzir novos conhecimentos, muito menos pôr em questão o que se sabe, uma vez que atende a uma finalidade expositiva, demonstrativa. Por isso, nos *Analíticos*, aprendemos as técnicas necessárias e suficientes para encadear os argumentos sem cometermos erros ou enganos formais. As inferências, ou silogismos, são apresentados em seus esquemas ou figuras que permitem uma correta passagem das premissas à conclusão. De onde são retiradas as premissas? De um conhecimento já estabelecido. Quem e como tal conhecimento foi instituído? Em duas situações sociais: a retórica e a dialética.

A situação retórica requer que os participantes da deliberação atendam aos critérios próprios de cada um de seus gêneros: o que delibera acerca do futuro, nas assembléias; o que delibera a respeito do passado, no judicial; e, por fim, a que reafirma dos preferíveis ou valores, quando se louva ou censura condutas, nas situações comemorativas ou nas do discurso fúnebres. O orador dirige-se aos ouvintes, aos auditores, buscando a sua adesão ao que eles defendem e, para isso, se adapta a eles. A eficácia dos discursos é mais relevante do que o encadeamento dos enunciados, donde o recurso aos signos, às inferências truncadas, bem como o apelo para o que é preferível fazer ou ter, segundo o *ethos* do grupo de auditores. Na situação dialética, do diálogo que pretende responder a uma questão, busca-se uma resposta que satisfaça as exigências de concisão e conclusividade (rigor). Tais situações fornecem os conhecimentos considerados confiáveis que serão ensinados ou expostos segundo as regras da demonstração (as dos *Analíticos*).

Note-se que as premissas da demonstração são retiradas dos argumentos que foram estabelecidos naquelas duas situações. Elas representam o que as pessoas concordaram ser pertinente, correto, desejável. Mas em sua exposição as pessoas desaparecem, assim

como os embates que deram origem às premissas. A situação de exposição só pode ser entendida como a de alguém que ensina algo a quem o desconheça.

Uma vez que as premissas não determinam a forma das inferências, uma vez que são seus conteúdos, não se pode dizer, como Lévy-Bruhl, que os povos arcaicos operam com outras lógicas; o mesmo vale para a proposta de Moscovici, para quem as representações sociais apresentam uma lógica própria, particular. Elas apresentam premissas diversas das presentes nas ciências, que são a fonte e os critérios para verificarmos a diferença entre as representações sociais e os conceitos, porém isso não caracteriza uma lógica diversa da operada pelos cientistas.³

O fato de admitir falácias formais e informais não implica que os membros de um grupo operem com alguma lógica diversa, mas que aqueles enganos não são relevantes para eles, por julgarem mais importante a manutenção do que preferem. Mais interessante é a *petição de princípio*, que aparece nos manuais de Lógica como um engano formal, mas é um erro argumentativo, como mostraram Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.127). Não é um erro formal porque a lógica sustenta-se no *princípio da identidade* ($A = A$), em um raciocínio circular, em uma petição de princípio; sua rejeição torna impossível a lógica. A petição de princípio pode ser admitida por um grupo renegada por outro, dependendo dos auditores, dos acordos estabelecidos para se admitir ou não. Se o grupo admite, isso não significa que opere com outra lógica. Significa que ou a petição de princípio admitida é necessária para argumentar, como no caso do *princípio da identidade*; ou que o grupo põe em questão por alguma razão argumentada, que expõe o que considera plausível ou verosímil.

Em suma, não se pode afirmar que as representações sociais operam uma lógica particular, uma vez que premissas são enunciados postos em uma relação inferencial, mas seus valores não são determinados pela forma dessa relação, eles são retirados do contexto social, no qual são estabelecidos os seus significados.

Além disso, os enganos formais só são relevantes em certos contextos de debate, e sua admissão, ou não, decorre do que é necessário sustentar para conduzir as ações. Em uma situação de julgamento de um crime, os advogados precisam determinar se a eliminação das hipóteses concorrentes, as premissas menores na forma *modus tollens*, foi exaustiva, não restando outra, salvo a que imputa o réu. Em outras situações tal esforço pode ser deixado de lado por se julgar desnecessário.

³ O aperfeiçoamento dos formalismos realizado pela ciência Lógica para atender demandas das Matemáticas pode ser irrelevante em contextos, em ciências não formais como a Física. Nas ciências não formais escolhe-se as premissas a partir de acordos a respeito do que se diz ser o real, logo em um contexto de debate, argumentativo, que depois se reveste da forma demonstrativa.

A necessidade ou não da avaliação da qualidade dos argumentos é definida nos grupos segundo o que precisam saber para agir. A escolha das premissas não é um procedimento formal, é uma seleção do que se considera ser um fato, que se orienta pela importância, ou juízo de valor, de seus elementos justificando a tomada de posição admitida ou requerida na situação social. No debate a respeito dessa escolha, desenvolve-se um exame menos ou mais acurado, para resolver as objeções dos outros. “Graças à intervenção, sempre renovada, dos outros, se pode distinguir melhor, até segunda ordem, o subjetivo do objetivo” (PERELMAN, 2002, p.56). O *objetivo* constitui-se por argumentos convincentes para qualquer grupo de pessoas, o dito “auditório universal”; o *subjetivo* refere-se aos particulares, ou “grupos sociais”. A Psicologia Social examina os procedimentos desses particulares que tomam para si o produzido para os “auditórios universais”, os das ciências, produzindo suas “ciências *sui generis*”.

Mas, ao contrário do que afirma Moscovici e outros, os grupos não instituem outra lógica, operam com premissas que admitem utilizando os esquemas que necessitam para atenderem seus imperativos de coordenação das ações de seus membros. A diferença entre os membros dos “auditórios universais” e dos “particulares” encontra-se na escolha das premissas, não na forma de inferência. A constituição das teorias científicas mostra que elas se desenrolaram pelo exame das falácias e outros enganos formais ou informais, bem como pela seleção de suas premissas. Um argumento perfeitamente lógico, como a teoria gravitacional de Newton, foi posto em questão por Einstein ao expor o que se encontrava oculto, o tempo, e ambas são lógicas, mas suas premissas incompatíveis.

Resta verificar se as representações sociais instituem ou são instituídas por uma linguagem particular. Novamente cabe ressaltar ser admissível utilizar a palavra “linguagem” com significado extenso, não somos polícia de língua. No entanto, caso *linguagem própria* signifique o que não é usual, que ela não pode ser apreendida pelos instrumentos desenvolvidos pela Linguística, por exemplo, então somos obrigados a contestar essa caracterização.

Examinemos os procedimentos que Moscovici considera serem os que instituem uma representação social: a *ancoragem* e a *objetivação* que visam tornar familiar o que não o é.

A *ancoragem* toma a novidade comunicada, “algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2003, p.61). A *objetivação* “transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (*Ibidem*). Pela ancoragem se classifica e se nomeia coisas, e as que não são classificadas ou nomeadas são estranhas, “não existentes

e, ao mesmo tempo, ameaçadoras” (*Ib.*). Não é preciso muito para verificar que essa descrição equivale ao processo que produz metáforas e metonímias. Perante algo estranho, o *tema* em questão, compara-se com algo conhecido, o *foro* da comparação, extraindo significados destes para apreender o que precisa ser conhecido. A comparação que produz metáforas opera entre um tema e um foro diversos em gênero ou espécie, como na usual “Aquiles é um leão”, em que Aquiles é um humano comparado com um animal não humano que se supõe ser corajoso. *Corajoso* é a categoria ou predicado que se transfere ao humano Aquiles. Caso as pessoas concordem, Aquiles será considerado *corajoso como um leão*. Há outra maneira de transferir predicados, a que compara entes de mesmo gênero ou espécie, por apresentarem qualidades conexas, próximas ou familiares, produzindo metonímias. Por exemplo, quando Comenius afirma: o *professor é como um organista que executa uma partitura que não saberia escrever*, produz uma metonímia. Isso porque *professor* e *organista* pertencem ao gênero trabalho ou atividade humana. As técnicas de associação de palavras, largamente utilizadas em pesquisas em representações sociais, que requerem que os sujeitos apresentem palavras associadas, induzem a apresentação de metonímias. Por esses procedimentos usuais, o que se diz ser o real é estabelecido por meio de uma comparação que permite a transferência de significados. A ancoragem, tal como propõe Moscovici, é o foro da comparação; a objetivação, torna imediato algo que se apresentava como mediato ou distante, supera essa distância produzindo ou uma metáfora ou um metonímia.

As metonímias, no geral, produzem símbolos com maior facilidade, como as usuais *espada por forças armadas*; *balança de dois pratos por racional, justiça*. Porém, a produção de símbolos não se restringe às metonímias, uma vez que as metáforas também o fazem, como as de SETA DO TEMPO e o CICLO DO TEMPO, que se referem ao *progresso* e ao *eterno retorno*, respectivamente. A metáfora SETA DO TEMPO tem por referente o processo de crescimento orgânico; e, o CICLO DO TEMPO, a circulação sanguínea, segundo Gloud (1991).

Outro procedimento que institui o que se diz ser o real, o faz de maneira ainda menos neutra ou mais orientada pelo que se considera ser desejável: a *dissociação de noções ou pares filosóficos*. Essa técnica, descrita por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.467-522), consiste em dividir uma noção tradicionalmente não dividida ou divisível. Por essa divisão, um dos termos (o termo II) controla os significados do outro (o termo I). Por exemplo, a noção de *consciência*, tomada como estado usual das pessoas que não estão dormindo ou que não desfaleceram, é dividida em duas: a *consciência ingênua* e a *consciência crítica*. O termo *consciência crítica*, termo II, é apresentada como um conjunto de qualidades superiores, as que faltam no termo I, a *consciência ingênua*.

Vimos essa divisão ao recordamos a oposição entre *mito* e *conhecimento científico*, que Moscovici repudia por ser uma desqualificação impropriedade.

A dissociação de noções e os procedimentos que produzem metáforas e metonímias têm em comum a analogia ou comparação.⁴ No caso da dissociação de noção o termo II apresenta o que se considera preferível (valorização); já a metáfora e a metonímia resultam de comparações que tendem a descrever a novidade em termos do conhecido. Isso não significa que as metáforas e metonímias sejam neutras, não sustentem um juízo de valor, pois a escolha do que se compara, o foro, é resultado de uma seleção marcada pelo desejável.

Ao considerar que os procedimentos de ancoragem e objetivação equivalentes aos das comparações que produzem a dissociação de noções, metáforas e metonímias estamos afirmando que as representações sociais podem ter um vocabulário próprio, mas não modos de fazer distantes das linguagens verbais, pictóricas ou outras. Os procedimentos são usuais, os expostos pela análise retórica que fornece um instrumental adequado ao exame intersubjetivo das representações sociais. Não se trata de declarações a respeito das linguagens, mas do reconhecimento da unidade de procedimentos que instituem o real em qualquer situação humana. Examinemos o que se entende por análise retórica.

Análise retórica

O ponto de partida da análise retórica é o reconhecimento da situação social em que se dá a persuasão ou o convencimento acerca do que é preciso fazer. Mais ainda, reconhece-se que as técnicas de instituição do que se considera verdadeiro não são estanques, elas se comunicam e são mutuamente dependentes. O requerido na situação de ensino não é o exigido na situação retórica, nem na que busca responder uma questão ou dialética. Na situação dialética os envolvidos no debate obedecem regras que têm por base a oposição das respostas que devem ser eliminadas para que reste apenas uma. Nessa situação é imperativo que os envolvidos abandonem as respostas que tenham sido consideradas falsas, erradas, impróprias, adotando as outras. Eventualmente podem chegar a um acordo que afirme a impossibilidade ou incapacidade de adotarem uma das afirmações e fica-se em uma aporia, um beco sem saída, mantendo o assunto em aberto. Essa situação, denominada dialética, estabelece as premissas que serão utilizadas em outras: a da exposição ou ensino e da retórica.

4 Perelman e Olbrechts-Tyteca descreveram a dissociação de noções, mas não a aproximaram do processo de produção de metáforas e metonímias, como aqui fazemos.

A situação retórica desenvolve-se na interação entre os oradores e os auditórios, em que é preciso deliberar a respeito do que se deve fazer, não necessariamente conhecer ou estabelecer como provável, ainda que ela possam envolver tais decisões. Por essa razão, Perelman (2002) inclui a dialética na retórica, o que pode ser controverso, mas não é objeto deste artigo.

A produção de argumentos que orientam as ações está condicionada por três contextos particulares: o que delibera a respeito do futuro, como nas assembleias; o que tem por objetos atos passados, no judicial; e o epidítico, em que o orador e o auditório retomam e reafirmam o desejável, censurando e louvando os valores do grupo ou comunidade. Em nenhuma dessas situações o orador paira acima dos auditores e estes passivamente “recebem” as comunicações. É uma atividade com suas regras de audição e elocução, em que os auditores deliberam segundo as premissas que consideram pertinentes. Por isso o orador, para ser eficaz, adapta-se aos auditórios, apoia-se no que acreditam e defendem, o que permitiu a representação da retórica como a arte do engano.

Nessa relação socialmente condicionada, o orador (dito *ethos* por representar o senso comum do grupo) dirige-se ao auditor (dito *pathos* por ser o portador das paixões, no sentido aristotélico), por meio da palavra, do discurso (*lógos*) que os põe em comunhão, caso isto se dê. A comunicação não depende apenas da textura discursiva, envolve as qualidades de elocução e gestual que apresentam para o auditório as características do orador, aquelas a que ele recorre para se apresentar como pessoa confiável. A adesão às teses do orador depende, pois, de um conjunto de qualidades que ele faz presente e que o auditório julga.

Quando um orador é considerado confiável, ele é uma autoridade para o grupo, um líder, que orienta suas ações por ser reconhecido como seu representante. Por isso, ao estudar, por exemplo, os conhecimentos de alguma disciplina transpostos em livros didáticos, considerando os mais referidos pelos professores, se está apreendendo sua representação social. Mais ainda, os professores de uma disciplina podem se organizar em grupos que têm por referência algum livro didático, opondo-se a outros.

Considerando, com Moscovici, que as ciências são transpostas, para serem assimiladas pelo senso comum, a investigação dos arranjos realizados para difundir os conhecimentos científicos requer um instrumental analítico ou de exame que permita expor as razões que os fazem admissíveis. Esse instrumental encontra-se na retórica, não na analítica, pois, por essa pode-se verificar a distância entre o conceito e sua representação, mas não nos fornece as razões da adesão às distorções dos conceitos que circulam na sociedade. Tal investigação complementa as que buscam apreender a difusão

entre pessoas e grupos, talvez deva precedê-las, por fornecer os alvos de pesquisas com as pessoas de vários grupos.

Quais são esses instrumentos analíticos? Já apresentamos os centrais: a dissociação de noções, os processos de produção de metáfora e metonímias. São mais centrais por instituírem o que se diz ser o real, de onde são retiradas as premissas dos silogismos ou inferências. E elas operam com base nos lugares dos preferíveis, que são esquemas que parecem lógicos, daí serem denominados quase-lógicos. Esses esquemas são categorizados como os *da quantidade*, *da qualidade*, *da ordem*, *da essência*, *do existente*, ainda que se possa, como advertem Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.105) reduzi-los aos de quantidade e qualidade, mas isso não é muito útil. Não cabe, aqui, discutir essa redução, que pode ser examinado na obra citada.

O lugar ou esquema preferível *da quantidade* sustenta-se na relação superioridade do maior número, em o provável valer mais do que o improvável, na passagem do normal à norma; o *da qualidade* no valor do único e no do irreparável, pelo qual se contesta o *da quantidade*. Estes e demais esquemas dos preferíveis coordenam as escolhas das premissas e têm a força persuasiva segundo os auditórios ou grupos, sendo utilizados segundo as circunstâncias.

Na investigação é preciso, pois, considerar a relação por inteiro: o que as autoridades reconhecidas dizem e fazem, o que os membros do grupo sustentam, e como eles estabelecem seus acordos a respeito de um tema. Esse contexto retórico não é apreendido pelo discurso aquém ou além do grupo que o sustenta, logo é um objeto próprio das pesquisas psicossociais.

Tomar os discursos por si mesmos, analisando-os em suas estruturas, desconhecendo onde, como e porque foram produzidos, resulta em uma exposição interessante e valiosa, mas insuficiente, pois deixar de lado os atores sociais. Considerar a relação oradores como agentes capazes de produzir modificações nos auditores como se fossem passivos, uma folha de papel sobre a qual inscrevem seus argumentos, é desconhecer a atividade dos envolvidos, superestimando a potência dos oradores, que seriam capazes de modificar a todos. Esse engano aparece claramente na difundida concepção de ideologia como idéias recebidas passivamente pelas pessoas.

Em suma, a análise retórica afirma que não há oradores capazes de a todos persuadir, que os auditores, os atores sociais escolhem ativamente em quem confiar, donde o orador é dependente deles, não o inverso. O que é congruente com a proposta de Moscovici.

Considerações finais

A “representação social” só é quase tangível porque Moscovici instituiu seus contornos. Determinou suas características por meio de oposições com outras teorias, as que estabeleceram o que se diz serem o *mito*, a *opinião*, e a *representação coletiva*. Cada um desses objetos foram postos por teorias que têm em comum a afirmação da diferença essencial entre o que afirmam ser próprio do conhecimento científico e seu outro, o mito, a opinião e a representação coletiva. Essa distinção sustenta-se, de imediato, na qualidade dos argumentos, acentuando que os das ciências são lógicos, corroborados, impessoais, enquanto os outros ou não são lógicos ou obedecem alguma lógica particular. Essa segunda alternativa aparece na obra de Moscovici quando afirma que as representações organizam-se em torno de uma lógica própria que se apoia mais no valores do que nos conceitos. Além disso, ele ratifica a concepção de Lévy-Bruhl, para quem os povos primitivos operam uma lógica particular por sustentarem suas inferências em premissas obscuras para nós. Argumentamos que essa caracterização é imprópria, pois as premissas de um silogismo podem ser obscuras, inadequadas, ou erradas e a forma de dispor suas relações ser correta ou válida. A lógica não estabelece as premissas, essas procedem de outro contexto argumentativo: o retórico, nele incluído a dialética.

O contexto ou situação retórica envolve o orador e o auditório que negociam os significados das premissas que admitem para estabelecerem suas decisões. Nessa situação nem o orador nem auditório são passivos, uma vez que atuam permanentemente para manterem a relação intersubjetiva. Os temas postos em debate são tratados pelos oradores e auditores, os quais ocupam alternadamente o lugar de um e de outro. Há, no entanto, oradores autorizados a falarem pelos grupos, são seus porta-vozes, suas autoridades. Dentre essas há os especialistas no trabalho de transpor conhecimentos científicos, culturais e religiosos para outros que não se dedicam a tais tarefas. Moscovici alerta para essa divisão do trabalho entre produtores e consumidores, pois tende a ampliar ainda mais as distâncias entre as pessoas, o que o conduz a sugerir a emergência de uma “pedagogia das representações sociais”.

Caso mantenhamos a posição de Moscovici a respeito da lógica e linguagem próprias das representações sociais, então aquela pedagogia será orientada por elas, em especial pelo domínio do desejável sobre os conceitos. Nessa hipótese, o papel dos especialistas na produção de representações sociais atenderão os valores dos grupos subordinando os conceitos originários das ciências ao que se considera preferível.

No entanto, como vimos, nem há uma lógica nem procedimentos linguageiros particulares na produção e comunicação das representações sociais. Os procedimentos

de *ancoragem e objtivação* são os mesmos que produzem metáforas e metonímias, bem como a precedência dos valores são examináveis, em cada caso, segundo os lugares dos preferíveis, esquemas gerais de pôr em relação o que se considera melhor, ou pior fazer ou ter. Há, ainda, outro procedimento usual que fornece as premissas das inferências: a dissociação de noções. Por ela, uma noção usualmente apresentada como unitária é dividida para caracterizar o que se afirma ser o real. Nessa divisão, o termo II controla os significados do termo I, que se apresenta com o que não tem as boas ou melhores qualidades do termo II.

Essas técnicas retóricas ou procedimentos argumentativos têm em comum a comparação, a analogia. No processo de produzir metáfora a comparação é feita entre o tema, o que se quer conhecer ou falar, e o foro, algo que se conhece, sendo ambos diferentes em gênero ou espécie. No caso da metonímia a comparação realiza-se entre entes de mesma espécie ou gênero. Se as representações sociais são produzidas a partir de conceitos produzidos pelas ciências, o seu caso exemplar, então aqueles são os objetos sobre os quais se opera para os adequar aos grupos. Tal produção é realizada pelos membros dos grupos que tomaram para si a tarefa de examinar os conceitos porque eles afetam suas convicções, pois se não houver essa afecção, não será objeto de conversações. Ainda que possamos expandir mais essas considerações, há algo que ressalta aos que se interessam pelo que Moscovici denominou “pedagogia das representações sociais”.

Independente dos significados que possamos dar à expressão “pedagogia das representações sociais”, há um problema relevante para todos os que estudam a situação educativa: se algo é objeto quando instituído por uma teoria, então os estudantes não podem apresentar alguma representação social de conceitos que são distantes de seus interesses. Eles estão em uma situação social particular: não sabem o que se lhes ensina, só podem aprender. Nessa a situação, sistematizada por Aristóteles nos *Analíticos*, os aprendizes estão obrigados a admitir o que lhes é apresentado. Eles não têm condições de debater, salvo em uma simulação para aprender como se debate. O que aparece, na tradição de discussões a respeito da pedagogia, como *método lógico*, que tem sido considerado impróprio, uma vez que é preciso fazer com que os alunos envolvam-se nos conhecimentos. Para isso, recomenda-se atender às diferenças e necessidades dos alunos, com o objetivo de os conduzir do estado de indiferença para o da diferença interessada. Tais recomendações são as mesmas que se faz aos oradores: adaptar-se aos seus auditórios. Caso essa seja a orientação para uma pedagogia das representações sociais, então se estará propondo tomar as técnicas retóricas de persuasão ou convencimento para tornar eficaz o processo de ensino e aprendizagem.

Há outro conjunto de questões postas a partir da constatação de que os conhecimentos são transpostos para os grupos e constituem o senso comum contemporâneo: o lugar e a atividade dos especialistas nessa tarefa. Parece que a investigação de como se transpõe conhecimentos permitiria o desenvolvimento de um programa de formação de professores mais eficaz do que o usual. Porém, temos muito poucos elementos para tal programa, sendo necessário determinar as relações psicossociais que viabilizam as condutas de resistência dos professores quanto às mudanças em seus repertórios.

Todavia podemos esboçar os contornos gerais do que é preciso pesquisar: o ensino das disciplinas escolares resulta na constituição de grupos cujas identidades são estabelecidas pelas disciplinas, não pelo que é necessário aos alunos.

A divisão dos professores segundo as disciplinas não parece viabilizar o trabalho cooperativo, uma vez que cada grupo julga que a “sua disciplina” é a que efetivamente educa. Essa organização determina práticas sociais que fortalecem as identidades segundo as disciplinas, estabelece uma hierarquia entre elas, instituindo representações sociais das disciplinas e do ensino. Além dos professores, os responsáveis pelos alunos e os alunos apresentam suas representações de vida escolar, das disciplinas escolares. O grupo psicossocial “escola” é ainda maior, pois nele se encontram os autores consagrados dos livros didáticos, que são suas autoridades, as referências dos professores, administradores, responsáveis, outras pessoas e grupos. Parece provável que a divisão técnica do trabalho docente determine as resistências às mudanças, como a que propõe apagar as disciplinas em nome de um processo focado nas qualidades cognitivas e afetivas que os alunos precisam desenvolver, para o qual os professores são convocados segundo as suas competências e habilidades. Nesse quadro geral, as representações sociais, como em qualquer outra instância, coordenam e condensam significados orientando as ações, com vistas a manter as identidades estabelecidas pela prática diária de ensino de uma disciplina.

Vinculado a esse quadro, parece necessário investigar os autores de livros didáticos que fazem as transposições de conhecimentos. Do ponto de vista conceitual, há muitas pesquisas que mostram os enganos, falhas, im procedência da transposição, um trabalho relevante e de ponto de partida para pesquisas de representações sociais. Essas pesquisas procurariam responder: por que este ou aquele autor é considerado autoridade, mesmo quando seus trabalhos apresentam falhas, enganos e falácias? Por que os professores relutam deixar de lado tais autores?

Além dessas pesquisas que visariam expor a representação social de uma disciplina tendo por base seus autores consagrados, suas autoridades, há outra: como os professores apropriam-se e divulgam os argumentos da disciplina que ensinam? Nesse caso, a meta

será expor a ou as representações sociais das disciplinas pelos professores, procurando verificar seu lugar social. É sabido que algumas disciplinas escolares são consideradas inferiores, uma vez que não são exigidas nos exames ou processos de avaliação escolar dos alunos. Outras têm o mais alto grau na hierarquia por serem as que discriminam os estudantes nos processos de seleção, como os vestibulares. Sabemos que um sistema de avaliação determina o que se ensina e como se ensina, logo a investigação dos enunciados nas provas e exames nos permite apreender o que os examinadores, representantes dos membros de um corpo de especialistas, consideram relevante. Essa relevância, nos parece, é a representação socialmente constituída dos campos disciplinares.

As representações sociais são o senso comum das sociedades modernas, nos diz Moscovici. Recorde-se que senso comum, nesse contexto, não é derogatório, não é estabelecido pela dissociação de noções que põe o senso científico como superior por si e em si. O senso comum e o incomum atendem a demandas diferentes, não se pode pô-los em uma relação de pior e melhor sem considerar para quê. Mas isso nos levaria a outras considerações, aqui só cabe reafirmar que o senso comum contemporâneo institui-se pelo diálogo a respeito dos temas postos pelas ciências e outras manifestações culturais, como as técnicas, que são apreendidas pelos grupos segundo o que consideram útil e necessário.

Referências

- GOULD, S. J. *Seta do tempo, ciclo do tempo*. Mito e metáfora na descoberta do tempo geológico. Tradução: C. A. Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MOSCOVICI, S. *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF, 1971.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais*. Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 45-66.
- PERA, M. *The Discourse of science*. Tradução: Clarissa Bostford. Chicago, Londres: The University of Chicago Press, 1994.
- PERELMAN, Ch.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. Tradução: M. E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PERELMAN, Ch. *L'empire rhétorique*. Rhétorique et argumentation. 2. ed. Paris: Vrin, 2002.

Apresentado ao Conselho Editorial em 16/08/2008 aprovado em 09/10/2008

